

Hora da educação

A educação sempre foi considerada, pelos setores mais lúcidos do País, como a questão nº 1 a ser tratada com seriedade por todos, a fim de que o povo possa dotar-se de instrumentos de trabalho e de ascensão social. Não foi outro o esforço feito por grandes nações que, antes do Brasil, atingiram invejáveis padrões de conforto, bem-estar social e progresso material e intelectual.

Na sua fala de ontem, o presidente Fernando Henrique Cardoso deixou claro que a educação é, de fato, a sua meta principal. E nem seria outro posicionamento que se poderia esperar de um sociólogo e professor universitário alçado, pelo voto popular, à chefia do Estado e da Nação. A sua fala, objetiva e direta, demonstrou que os números trabalham contra a educação nacional, que precisa de reformas e de acompanhamento permanente de todos se quiser cumprir o relevante e insubstituível papel que dela se espera num país com as dimensões e com os problemas acumulados do Brasil.

Se os números de repetência, evasão escolar e outros já são bem conhecidos de todos, o que cabe fazer é enfrentá-los de uma forma resoluta e corajosa, pois a tendência é que se transformem numa bola de neve que será um dia impossível de ser detida morro abaixo. A premência da inflação e da crise econômica do passado serviu de confortáveis pretextos para que os governos deixassem a educação em segundo plano. Foi um erro. Não há situação econômica que possa retirar de um País a responsabilidade maior pela educação de seus filhos, tanto em quantidade de salas de aula, de escolas, de material escolar, quanto na qualidade do ensino, que também inclui, certamente, o professor bem remunerado e a atualização com os meios mais modernos de instrução.

A relativa estabilidade proporcionada pelo Plano Real não é a única razão para que o governo FHC encare a questão educacional com a seriedade e a prioridade que ela merece. Ousamos pensar que, se fosse grave a situação econômica nacional, o sociólogo e professor que preside à República não deixaria de ter a missão educativa como

fundamental em seu governo. E, quem sabe, a grande realização que poderá marcar eternamente a sua passagem pelo poder.

Não basta, porém, saber que o Governo Federal elegeu essa nobre meta como a principal. O Presidente fez um chamamento aos setores responsáveis da sociedade nacional para que exerçam o seu próprio papel de agentes diretos e indiretos do processo educacional. Os governos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios têm responsabilidades intransferíveis em matéria de educação, mas não exclusivas. A começar da família — que reúne estudantes, professores e administradores do ensino —, passando pelas próprias entidades educacionais e culturais, os meios de comunicação, credos religiosos, clubes de serviços, enfim, as forças vivas da nacionalidade não podem ficar indiferentes ao chamamento presidencial. Ele representa, antes de mais nada, o anúncio de novidade bem-vinda a todos, que é a ênfase desse Governo na solução dos sérios problemas educacionais que são, na verdade, o maior obstáculo estrutural ao desenvolvimento brasileiro.

A fala abrangente de Fernando Henrique, em cadeia de rádio e de televisão, anunciou a intenção do MEC de fazer um acompanhamento do universo estudantil, de modo a se detectar falhas e imperfeições e, nas palavras do Presidente, premiar as instituições que se destaquem pela qualidade. A iniciativa é louvável, mas a máquina educacional do MEC é tão desgastada pelo tempo e pelo acúmulo de erros que não inspira a indispensável confiança a esse tipo de ação. Na verdade, o MEC atual é um organismo esgotado e se o governo FHC quiser realmente reformar a educação no Brasil terá de começar pelo monumento burocrático que encarna o sistema educacional.

À parte essa ressalva, a convocação do Presidente à Nação, logo no início de seu governo, marca uma auspiciosa mudança de atitude do poder público e o início de uma nova era para o impulso do País rumo a seu grande destino. Soou, finalmente, a hora da educação.